



O território como realidade

Renata Hermann de Almeida 

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo,
Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil.
E-mail: renatahermann@gmail.com

<https://doi.org/10.47235/rmu.v12i1.391>

Herdeira de Gustavo Giovannoni (1873-1947), a abordagem da preexistência de matriz italiana pode ser considerada, por meio de uma trajetória histórica, teórica e projetual, duplamente diacrônica e sincrônica. Em uma genealogia conduzida por reconhecimento de marcas sutis e episódios, emergentes e convergentes, a interpretação das conexões e, sobretudo, das continuidades entre/no meio de formulações empreendidas em escolas italianas de arquitetura e urbanismo, é conduzida por dois personagens/professores vinculados às universidades de Roma e Florença, Saverio Muratori (1910-1973) e Alberto Magnaghi (1941-2023), além de Daniela Poli (1961-). Mesmo compreendendo a impossibilidade da produção de uma trajetória acadêmica (ensino e pesquisa) e profissional (projeto e plano) de maneira isolada, ao contrário, a exigência de energia e dedicação, associada à exigência de tempo durável, a narrativa é conduzida e centrada na ação daqueles entendidos como expoentes, porque estruturantes de uma linhagem cognitiva.

Mas, retorna-se no tempo em busca de uma outra família de arquitetos integrada mais diretamente à disciplina da Conservação e do Restauo. A perspectiva é manifestar, com Deleuze e Guattari (1992), que conceito é questão de corte e sobreposição. É uma construção feita por meio do reconhecimento e aceitação de um outrem (objeto, sujeito, tema).

Na Itália, no campo patrimonial, Giovannoni tem reconhecimento em dimensão teórica e prática, ao enfrentar o desafio da transformação da “cidade velha” por meio da “nova construção” em modo de realização de um acordo. Responsável pela formação de gerações de arquitetos italianos educados na

conservação de monumentos por meio de profunda preparação, histórica e científica; Giovannoni é reconhecido por “inventar o conceito de ‘patrimônio urbano’” (Choay, 2011, p. 193). Suas ideias marcam a Carta de Veneza (1964)¹, considerada por ampliar o quadro patrimonial e a valoração dos monumentos, em vigência. Françoise Choay destaca, entre suas contribuições, a formulação da problemática de “como fazer coexistir sem nostalgia nem amálgama, em benefício de uma ou de outra, duas entidades de escalas incompatíveis, a cidade antiga, tesouro da memória e das raízes, e a cidade moderna, ou antes, ‘o organismo urbano’ a devir” (Choay, 2011, p. 194). O enfrentamento da dialética estabelecida é realizado propondo “instrumentos” de intervenção urbana em três níveis: o “diradamento”, o “atravessamento” e o “plano regulador” (Giovannoni, 1995).

A abordagem multiescalar e integradora de Giovannoni é discutida por Zucconi (1997) em estudo dedicado à sua compreensão no quadro conceitual e no quadro operativo. A definição se complica de início, em razão da diversidade de competências promovidas ao longo de uma trajetória *Dal capitello alla città*, segundo um perfil de *architetto totale*. Antecipando a compreensão desenvolvida ao longo da segunda metade do século XX acerca do patrimônio em sua valência urbanística, o princípio da ambientação (ambientamento) integra problemas de restauro arquitetônico a problemas de sistematização edilícia dos velhos centros. Na Figura 1, é possível apreender a amplitude da ação giovannoniana, em representações de reconstrução topográfica de lago e assentamento monástico, relevo planimétrico de monastério e sessão axonométrica de construção de igreja.

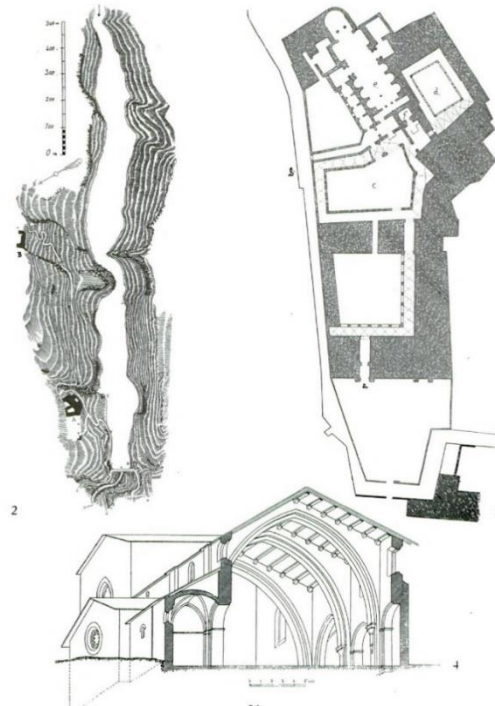


Figura 1. Representação iconográfica e cartográfica de Giovanni (fonte: Zucconi, 1997, p. 21)

A atuação acadêmica e profissional na Universidade de Roma é considerada aqui como a semente de uma genealogia dos estudos italianos dedicados ao imbricamento, progressivamente a partir da segunda metade do século XX, entre a reflexão e a ação arquitetônica, urbanística e territorial, orientada ao estabelecimento de esquemas processuais e processos projetuais por uma aproximação progressivamente integrada, multiescalar e multidisciplinar.

Ao modo de uma síntese preliminar, a premissa é a existência e a persistência de um tratamento integral dos elementos componentes do lugar orientado à produção de projetos fundamentados na valoração (mais do que na conservação) da identidade territorial. Destaca-se, a ideia, implícita, de assim gerar um novo valor acrescido (Magnaghi, 2014).

Para introduzir os sujeitos/personagens da narrativa, recorre-se a Giuseppe Dematteis e ao entendimento de que “[...] projetar o território significa essencialmente construir representações interpretativas de contextos locais do planejador, enquanto artista, que é despertar/revelar” (Dematteis, 1995, p. 40).

Estudos dedicados à trajetória de Saverio Muratori identificam quatro fases correspondentes, sendo possível associar, ao âmbito escalar de sua pesquisa: o edifício

arquitetônico, a cidade/urbano e o território². A atualização realizada por Silvia Tagliazucchi corresponde aos últimos anos de sua vida (1969-1973), quando

[...] a vontade de se dedicar completamente à pesquisa é determinada pela sua atenção total às questões do território e pela consciência de que o papel moral que Muratori atribui ao arquiteto é diferente completamente do que é o papel de um arquiteto no campo profissional. (Tagliazucchi, 2015, p. 148)

Em concordante e precedente leitura, Maretto associa a centralidade do território nas últimas investigações de Muratori e seus assistentes, S. Bollati, R. Bollati e G. Marinuci, a uma “profunda e fascinante especulação teórica e filosófica”. (Maretto, 2021, p. 21).

Portanto, é essa temporalidade da experiência profissional de Muratori adotada para o estabelecimento de sincronidades e simetrias com a obra da escola territorialista florentina, iniciada por condução de seu criador, Alberto Magnaghi. É de 1976, três anos após o falecimento de Muratori, o artigo *Il territorio nella crisi* (Magnaghi, 1976, pp. 15-29). E, de 1990, *Per una nuova carta urbanística* (Magnaghi, 1990).

A defesa de um projeto local se insere na compreensão da urgência de superação da desterritorialização alargada e em curso, iniciada no Ocidente nos anos 1960. O retorno aos lugares se apresenta como crítica à urbanização extensiva e funcional própria das cornubações metropolitanas. Em *Da Metropolis a Ecolópolis* (Manzoni, 1989), a metrópole é definida como (...) “uma estrutura urbana inteiramente gerada da lei do crescimento econômico; de caráter fortemente dissipativo e entrópico; sem fim nem limite de crescimento (...)” (apud Magnaghi, 2010, p. 24).

Parece evidenciar-se sincronia entre a crise da cidade e do território em ambas escolas, romana e florentina. A transição de Muratori é identificada em *Civiltà e territorio* (1967) e em uma aposta na temática do território e no conhecimento do papel moral em desvio no âmbito profissional (Tagliazucchi, 2015, p. 148). Em *Il progetto locale*, o subtítulo direciona a abordagem do professor de Florença: *verso la coscienza di luogo* (2010).

A passagem da escala urbana à escala territorial não se realiza sem conflitos internos junto à Escola de Arquitetura de Roma, como relatado por Tagliazucchi, e, em contexto de “desconfiança na didática” e na “experiência projetual”, Muratori desloca seu trabalho para o âmbito teórico. Em concomitância, seu interesse se dirige ao “problema territorial” (Tagliazucchi, 2015, p. 147-148).

Em vista do deslocamento temporal relativo às ideias de Magnaghi, é possível as compreender. Afinal, suas reflexões são concomitantes ao afloramento de discursos críticos direcionados aos valores do menor, da singularidade, dos lugares e valores correlatos de identidade e memória, por exemplo.

O território como patrimônio, fruto do assentamento humano na natureza, em contínua coevolução, na escola territorialista de Florença é “o território como total registro conservativo das ações humanas e da natureza” (Tagliazucchi, 2015, p. 148). São princípios compreendidos como integrantes de uma mesma sinfonia, de uma partitura escrita por mestres e conduzida por maestros.

A representação do território em Muratori (Figura 2) reflete uma elaboração sofisticada e

sistemática; e tem como conceitos basilares o tipo, o organismo arquitetônico e o organismo urbano. Deixada incompleta em *Studi per una operante storia del territorio*, para Tagliazucchi, a pesquisa tem função didática e ética, pois se propõe a

[...] uma leitura do real passado, para alcançar o real presente, para melhorar o nosso real futuro. A estrutura metodológica denota de grandes fundamentos com os quais ser capaz de comparar e contrastar as diversas épocas, as diversas escalas e os diversos territórios [...] que compõem o corpus. (Tagliazucchi, 2015, p. 218-219)

O Atlas territorial em Muratori tem como finalidade o estudo – a interpretação do território. Em assim sendo, não busca uma representação cartográfica clara e definida de todos os territórios, mas de elementos e características considerados relevantes para o propósito de seus estudos. Sua interpretação é considerada aberta e tem como finalidade, como anteriormente indicado, interrogar-se sobre a realidade (Figura 3).

Integrante da escola territorialista de Florença, D. Poli³ entende a representação a partir de seu potencial de estabelecer de modo integrado o território e dar a conhecer, estimular, convalidar, compartilhar, agir. Lucchesi, ao ponderar a relevância das cartas do patrimônio territorial, destaca o objetivo de construir e comunicar conhecimento sobre a identidade dos lugares, evidenciando o repertório de regras de conhecimento ambiental que construíram a identidade em longo período histórico (Lucchesi, 2011).

Inserida no entendimento do território como um palimpsesto expressivo de processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, representados em sínteses patrimoniais, a representação histórico-estrutural se complementa com a morfotipológica, a qual “interpreta e representa as características dos sistemas territoriais em contínua evolução/transformação, por meio da definição de suas contribuições espaciais. Inclui a morfologia urbana (uma forma específica) e a tipologia (a repetição da forma)” (Poli, 2017, p. 2, tradução Beatriz Barcelos).

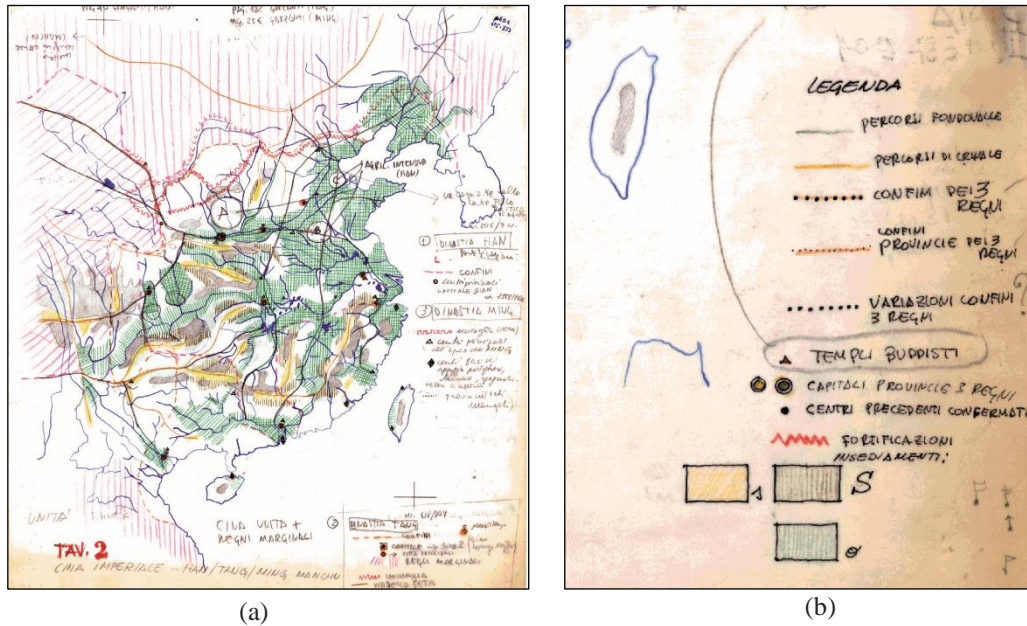


Figura 2. Disegno di Studi per una operante storia del territorio (fonte: (a) Apparato A - scheda (Sc.) n.237; (b) particolare del disegno di “Studi per una operante storia del territorio”, in Tagliazucci, 2015, p. 75)

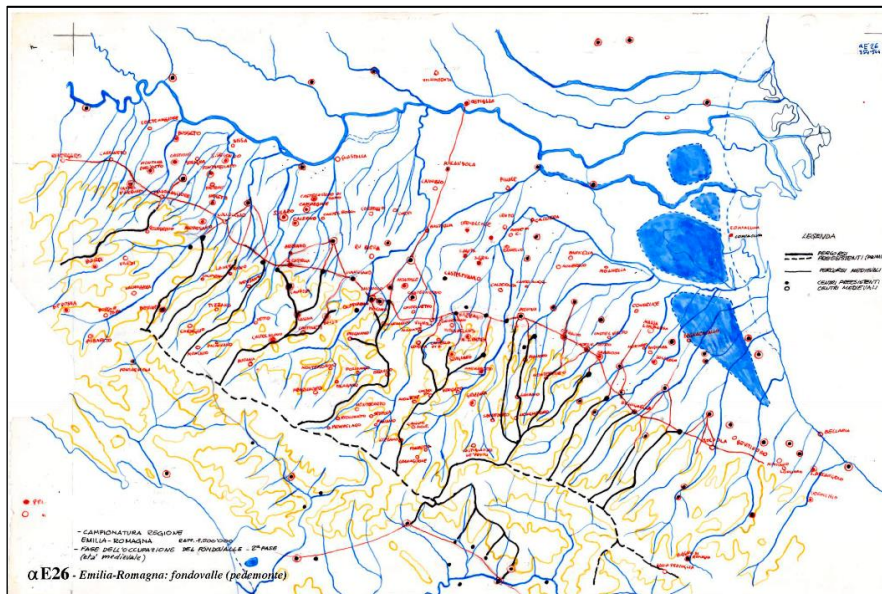


Figura 3. Studi per una operante storia del territorio: Emilia-Romagna: fondovalle - scala 1:500.000 (fonte: Fondo Muratori della Biblioteca Comunale d'Arte e Architettura Luigi Poletti di Modena [materiale in fase di catalogazione], In Tagliazucci, 2013, p. 6)

A escola territorialista de florentina desenvolve quatro morfotipos territoriais na seguinte sequência: 1. morfotipo urbano: representação das relações morfotipológicas entre edifícios, ruas, praças etc. Dentre os autores citados, destaca-se Gianfranco Caniggia; 2. morfotipo de assentamento: representação das relações morfotipológicas entre núcleos urbanos, infraestruturas (nós e redes) e contexto geofísico. Dentre os autores

citados, destacam-se Saverio Muratori e Cataldi; 3. morfotipo rural: representação das relações entre hidrogeomorfologia, tramas agroflorestais, construções e infraestruturas rurais. Dentre os autores citados, destacam-se Lucchesi e Carta; 4. morfotipo ambiental: representação das relações entre hidrogeomorfologia e ecologia (redes ecológicas) (Poli, 2017– tradução de Beatriz Barcelos) (Figura 4).

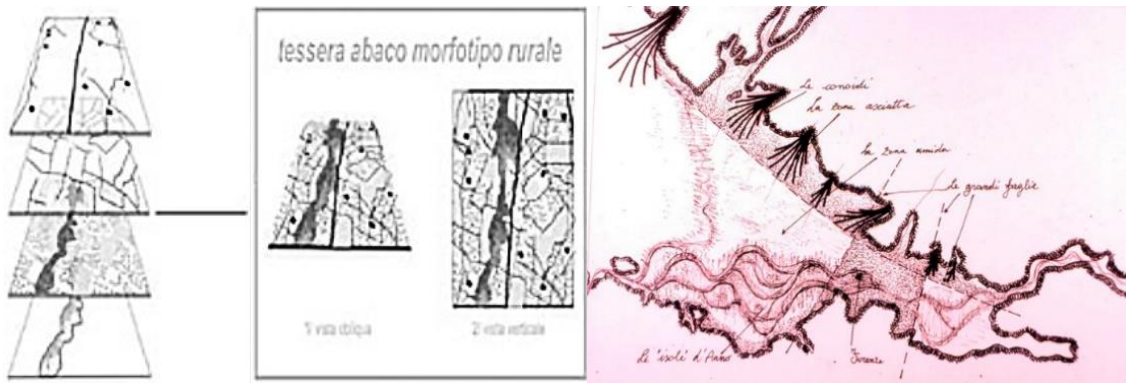


Figura 4. Representação da morfologia profunda do território. O caso da Piana de Florença (fonte: Poli, 2017, p. 4)

Pesquisador vinculado à Escola Territorialista Italiana de Florença, M. Carta estabelece esquema geral da elaboração do atlas

territorial referenciado em aplicação no *Circondario Empolese-Valdesae*, do Rio Arno (Quadro 1).

Quadro 1. Esquema geral da elaboração do atlas territorial (fonte: Carta, 2001, In Nossa, 2020)



Compreendendo a representação a partir de duas funções – conhecer e agir – a pesquisa de F. Lucchesi é dedicada a estabelecer, a partir da primeira função, a construção e a comunicação do conhecimento territorial, referenciando a “individualização e da valoração dos recursos do território, à consistência morfológica dos fenômenos constituintes da cidade e da paisagem, a avaliação crítica dos modos de sua organização, a compreensão das dinâmicas de sua transformação, por exemplo.” (Lucchesi, 2005, p. 25). Portanto, o estabelecimento de um quadro cognitivo referencial para o projeto do território (Figura 5).

Referenciada na estrutura morfotipológica de Poli, K. Almeida (2024) se propõe discutir um outro morfotipo, paisagístico. Adotando a narrativa morfotipológica como uma ferramenta de metodológica de representação integrada da paisagem, Almeida entende o morfotipo paisagístico como parte do território caracterizada por um conjunto de componentes e dinâmicas configuradores de específica paisagem. A delimitação depende da combinação de formas de relevo, cobertura do solo, organização do espaço, dimensão histórica, percepção, alterações imediatas ou relações entre população e paisagem. A ilustração esquemática do caminho de delimitação do morfotipo paisagístico se apresenta na Figura 6.



Figura 5. Carta do patrimônio territorial da comuna de *Scandicci* (fonte: Lucchesi, 2005, p. 29)

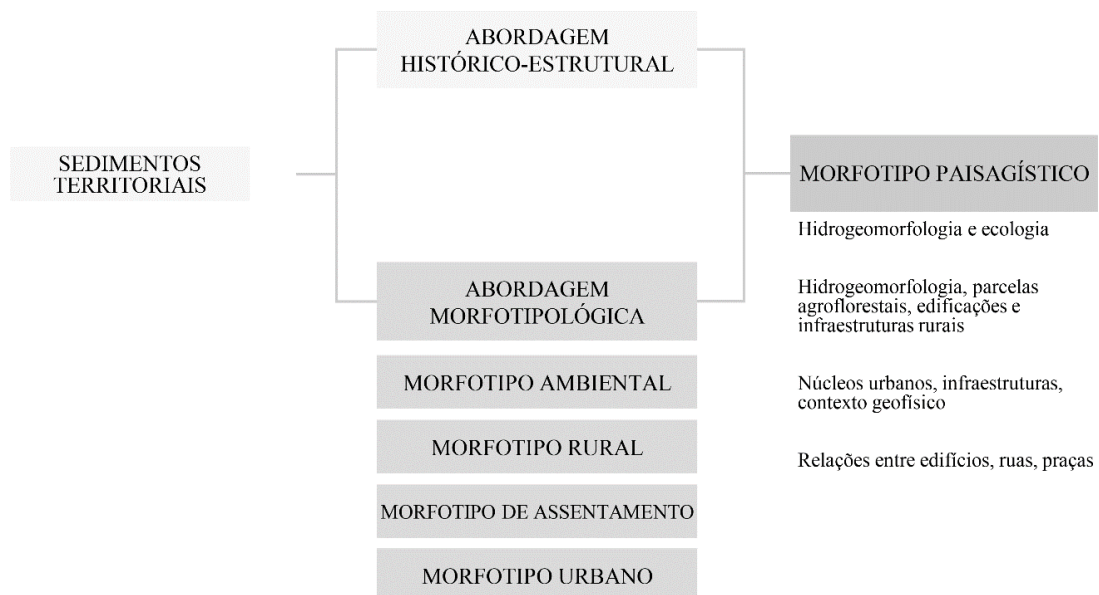


Figura 6. Diagrama esquemático para identificação do morfotipo paisagístico (fonte: Almeida, 2024, p. 128)

Essa é a sinalização de uma atualização de trajetória a qual prevê um outro momento dedicado à aproximação da temática em sintonia com abordagens brasileiras.

Notas

¹ Redigida a partir de discursões do Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos – ICOMOS. Segundo a mesma, o Monumento

Histórico compreende “criação isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural”. Disponível em: <<https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/11%20Carta%20de%20Veneza%20-%20ICOMOS%201964.pdf>>. Acesso em 4 de

setembro de 2023.

² Marco Maretto, em Saverio Muratori, *Il progetto della città*, relaciona três períodos: 1936-1948, marcado pela passagem do classicismo ao modernismo; 1949-1952, marcado pela adoção da “casa laboratório”; e 1950-1963, marcado pelos estudos da morfologia, história, do desenho urbano. Milano: FRANCOANGELI, 2021, p. 5.

³ Professora do Departamento de Arquitetura, Universidade de Estudos de Florença; responsável científica pelo Laboratório di Progettazione Ecologica – Lapei, [...] “fundado e dirigido por Alberto Magnaghi na década de 1990 [...] constitui-se como uma estrutura especializada destinada à investigação, formação e transferência de conhecimento na área específica do planeamento e design territorial e urbano.” Disponível em: <<https://www.dida.unifi.it/vp-615-laboratorio-progettazione-ecologica-degli-insediamenti.html>>. Acesso em: 16 de junho de 2024. Tradução de Renata H. de Almeida.

Referências

- Almeida, K. (2024) “Morfortipos paisagísticos para o planejamento territorial: experimentação em Juiz de Fora, Minas Gerais”. Dissertação em Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória.
- Choay, F. (2010) *O patrimônio em questão. Ontologia para um combate* (Edições 70, Lisboa).
- Deleuze, G.; Guattari, F. (1992) *O que é filosofia?* (Editora 34, São Paulo).
- Dematteis, G. (1995) *Progetto implicito. Il contributo della geografia umana alle scienze del territorio* (Angeli, Milano), 40.
- Giovannoni, G. (1995) *Vecchiá città ed edilizia nuova*. (a cura di) F. Ventura (Città Studi Edizioni, Torino).
- Lucchesi, F. (2011) “Representar a identidade do território: os atlas e as cartas do patrimônio”. In *Il Quadro Conoscitivo in forma di Atlante*. (Urbanistica, vol. 147), 23-26.
- Lucchesi, F. (2005) “Representare l’identità del territorio: gli Atlanti e le Carte del patrimonio”. In Magnaghi, A. (a cura di). *La rappresentazione identitaria del territorio* (Alinea Editrice, Firenze), 25.
- Magnaghi, A. (2014) *La regola e il progetto: un approccio biorregionalista alla pianificazione del territorio* (Firenze University Press, Firenze).
- Magnaghi, A. (1976) *Quaderni del territorio* (Celuci Libri, Milano), ano I, n 1, 15-29.
- Magnaghi A. (a cura di). (1990) *Il territorio dell’abitare. Lo sviluppo locale come alternativa strategica* (Angeli, Milano).
- Manzoni, M. (a cura di). (1989) *Etica e metropoli. La possibilità ecologica*. (Milano, Guerini).
- Magnaghi, A. (2010) *Il progetto locale. Verso la coscienza di luogo* (Bollati Boringhieri, Torino), 24.
- Tagliazucchi, S. (2013) “Unione tra uomo e natura. L’analisi Del Territorio Secondo Saverio Muratori”. In *Memoria. 9° ed. Congresso Città e territorio virtuale* (Roma, Itália), pp. 772-782. <https://revistes.upc.edu/index.php/CTV/article/view/7969>.
- Tagliazucchi, S. (2015) “Studi per una operante storia del territorio. Il libro incompiuto de Saverio Muratori”, Dottorato di Ricerca, Università di Bologna, Bologna, 148.
- Zucconi, G. (a cura di) (1997). *Gustavo Giovannoni. Dal capitolo alla città*. (Jaca Book, Milano).

Editoras responsáveis pela submissão: Eneida Maria Souza Mendonça, Michela Sagrillo Pegoretti.
Editor assistente: Vitor de Toledo Nascimento. Editora de texto: Linda Emiko Kogure.

Licenciado sob uma licença Creative Commons.

